

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE JUVENTUDE

Ao dia 25 de setembro do ano de 2020, às 14h36min, estiveram reunidos (as) Conselheiros (as) integrantes do Conselho Estadual da Juventude – CEJUV/PR, de forma eletrônica pela plataforma online – Skype, devido às recomendações de precauções ao alastramento da pandemia do COVID-19.

O presidente Fauze Salmen Neto deu início à Reunião Ordinária, e em seguida passou a palavra para a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, na pessoa do conselheiro Alex Sandro da Silva, relator sobre as demandas da comissão.

1. Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.

O conselheiro Alex Sandro da Silva inicia sua fala informando que a reunião da comissão foi realizada na quinta-feira, um dia anterior à reunião ordinária, e que o primeiro ponto de pauta foi a respeito da presidência da comissão, visto que com a chegada do conselheiro Glauber Xavier, da entidade Águias da Bola, para compor a Cadeira dos Movimentos Comunitários, substituindo Rodrigo Baitala e Rafaela dos Santos, assim, este assume a presidência da comissão. Na sequência, Alex pontua o segundo ponto de pauta, elogiando o trabalho desempenhado pela Comissão de Comunicação sobre a elaboração da campanha de prevenção ao suicídio e também a transmissão ao vivo efetuada sobre o tema, porém, questionando pelo qual motivo o vídeo com o defensor ainda não tenha sido publicado.

Adiante, o Secretário Executivo Douglas Miranda apresenta o andamento do projeto de lei do Conselho e do Plano Estadual da Juventude, reafirmando o que o Coordenador de Políticas Públicas para a Juventude, Samuel Tives, informou na reunião anterior sobre a servidora Ticyane iniciar os trabalhos com o processo do plano e que também irá retomar o Grupo de Trabalho do Plano Estadual da Juventude. Em seguida, Alex cita que o quarto ponto de pauta discutido tenha sido sobre os ofícios e o selo junto à Assembléia Legislativa do Paraná, para analisarem qual a quantidade de leis e/ou projetos existente voltadas à juventude paranaense. Em relação ao processo do projeto do “mascote”, a conselheira Luana Florentino diz que irá formalizá-lo e que também é preciso debater com os deputados sugerindo que há o interesse do Conselho fazer esse tipo de reconhecimento para os autores dos projetos voltados a juventude.

Sobre o SINAJUVE, Luana cita que foi informada sobre determinadas demandas que a Coordenação necessita realizar dentro do especificado pelo sistema, e assim foi questionado de que o CEJUV não possua também essas metas, por ter sido também aderido pelo Conselho Estadual da Juventude, não apenas pela Coordenação de Políticas Públicas. Ainda, fala sobre a

reunião do CONJUVE, que até o momento não houve uma confirmação de data por parte do representante do CONJUVE.

Retomando sua fala, Alex afirma sobre o quinto ponto de pauta que faz referência ao projeto de lei de militarização das escolas, ressaltando que houve uma leitura branda a respeito do projeto, mas que a comissão tem duas sugestões de encaminhamentos:

- Convidar algum representante da Secretaria de Educação para falar sobre possíveis desdobramentos desse projeto;
- Criar um grupo de trabalho para analisar, estudar o plano e fazer sugestões se for o caso de alteração.

O presidente Fauze Salmen deseja boas vindas a Ticyane, pedindo para que ela faça os informes sobre o Plano Estadual da Juventude. Ticyane se apresenta e fala sobre o andamento do plano, que está fazendo algumas leituras, tomando conhecimento das informações contidas no plano anterior e reforça que está a disposição para falar sobre suposições que já foram pensadas e levantadas a respeito do tema, acrescentando que uma residente técnica irá compor a equipe da Coordenação e apoiar nessa questão.

Adiante, o presidente Fauze Salmen agradece a fala e o vice-presidente deseja boas vindas a ela, assim dando espaço para que os demais conselheiros possam falar. O conselheiro Diego da Silva se manifesta a respeito do vídeo do defensor, questiona sobre o que a Comissão de Fiscalização espera que seja feito pela Comissão de Comunicação, e como resposta o conselheiro Alex reforça que a proposta do vídeo visa saber quais são os direitos da juventude na pandemia, e que o contato já havia sido feito com o defensor, na pessoa do conselheiro Luiz Fernando Obladen. A conselheira Camilla Gonda, presidente da Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização, diz que até agora não recebeu o vídeo para que a comissão pudesse dar andamento na edição e postagem do material.

Sobre o Plano Estadual da Juventude, o conselheiro Diego da Silva pergunta se as reuniões do GT do plano vão ser retomadas, se terá uma reunião específica ou aguardar o posicionamento da Ticyane, sendo assim, ela responde dizendo que não sabe bem como funciona, mas que ainda na presente data pode ser estipulado um dia para começar a conversar, saber quais são os conselheiros envolvidos e etc. O presidente Fauze solicita que a Ticyane presida o GT, decidindo quais os dias e informando aos integrantes do grupo. Na sequência, passando para a pauta das atualizações sobre o projeto de lei, conta que a Secretaria de Planejamento está elaborando o planejamento da lei e que estão dependendo do relatório e análise técnica da Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude, acrescentando que a partir da primeira semana de outubro a Secretaria de Planejamento vai retomar os atendimentos presenciais e conforme estiver o andamento, estará indo presencialmente tentar agendar uma reunião.

O Secretário Executivo, Douglas Miranda, informa aos conselheiros sobre o andamento das ações da Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude. Primeiramente, fala a respeito do SINAJUVE, que efetuaram a pactuação Coordenação e SINAJUVE e CEJUV e SINAJUVE, mas com a troca de Secretário Nacional, a Secretaria Nacional da Juventude não está conseguindo cumprir o cronograma de ações, e por conta disso todos ficam dependendo das suas diretrizes

e andamentos. Em relação à verificação de planos de ações do CEJUV/SINAJUVE também, Douglas Miranda se compromete a habituar-se ao sistema e identificar possíveis ações que terão que ser realizadas pelo CEJUV.

O vice-presidente, Marcos Costa, faz um questionamento sobre qual é o benefício do SINAJUVE para a juventude do Estado, e respondendo à pergunta, a conselheira Larissa Marsolik diz que ele pressupõe que quem adere ao sistema vai ter uma formação permanente dos atores da juventude pelo governo federal, que irão apresentar todas as entidades que compõem a rede de juventude, seja da rede pública ou privada, e que o primeiro passo é o Censo, ou seja, mapeamento da gestão e conselho municipal, ressaltando que não só a mudança de Secretário Nacional, mas que também a pandemia do COVID-19 está impactando no plano de ações. Ainda sobre as ações da Coordenação, a conselheira Larissa Marsolik relata que é importante informar que o Cartão Futuro Emergencial foi aprovado, que o PNUD ainda está em análise e assim que estiver tudo organizado, submeterá ao Conselho todo o processo para conhecimento, que a Secretaria de Planejamento está padronizando em todos os conselhos, e que em relação ao comitê gestor, ela e Ticyane já fizeram alguns levantamentos para a retomada do plano, que a Coordenação pediu uma segunda edição do programa juventude empreendedora para o governo federal, que estão elaborando um novo programa, sendo ele o qualifica Paraná jovem, e por fim, que estão articulando com a Secretaria do Esporte para participarem do evento Verão Maior.

Dando andamento na pauta, o presidente Fauze Salmen deixa aberto para que os conselheiros possam falar sobre o projeto de militarização das escolas. Assim, o vice-presidente Marcos se pronuncia, dizendo que acredita que o Conselho possa fazer um debate sobre um assunto, trazendo especialistas e também pessoas favoráveis e desfavoráveis ao tema. Posteriormente, o conselheiro Lucas Siqueira se manifesta contrário ao projeto, que acha uma vergonha e um retrocesso defender a escola militar. O conselheiro Alex se manifesta também dizendo que a ideia seria tomar conhecimento completo sobre tal projeto e convidar alguma autoridade especialista para falar sobre, assim seria necessário uma reunião extraordinária para abordar o assunto. O conselheiro Luiz Fernando Obladen diz que em sua opinião houve uma falta de respeito pelo projeto não ter sido passado pelo Conselho, e que há problemas já existentes em relação aos colégios militares e a juventude minoria como os LGBTQI+ , mas, que por outro lado, diz que os colégios militares têm índices bons de educação, ressaltando que pensando na parte técnica tem vários problemas e um dos principais é não ter ouvido nenhum conselheiro.

O presidente Fauze Salmen concorda com a criação de um GT específico para colocar o Conselho dentro da discussão, e o vice-presidente Marcos Costa propõe que seja feito algo urgente, como trazer dois pontos sobre e fazer uma “live”. O conselheiro Diego da Silva diz que para pontuar algumas coisas sobre o tema, foi feita uma moção de repúdio ao Governo do Estado do Paraná, na Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná, convocada pelo CEDCA (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente), por enviar à Assembleia Legislativa do Estado o Projeto de Lei que autoriza o funcionamento de até 200 colégios cívico-militares no Paraná sem realizar um amplo debate com CEDCA, CEJUV e COPED (Conselho Permanente dos Direitos Humanos). Ainda, questiona se irá ser feita a substituição da conselheira Thabata Uhlik, da Cadeira da Assembléia Legislativa do Paraná,

pois nesse momento, por exemplo, seria importante ter a participação desse representante, e finaliza sua fala reforçando a palavra de seus colegas dizendo que foi um ponto negativo o projeto não ter passado antecipadamente pelo CEJUV, sendo assim, antidemocrático.

O conselheiro Daniel Maciel se pronuncia para passar um relato de um acontecido semelhante que ocorreu em Maringá, e que talvez fosse viável elaborar uma nota solicitando à ALEP que o Conselho seja ouvido antecipadamente, e na sequência, o conselheiro André Avelino diz que se a Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude não foi consultada, há um problema dentro do próprio governo, primeiro deveria ter sido passado pela CPJ e posteriormente ao CEJUV, assim ascendendo ainda mais a necessidade da criação da lei do Conselho para definir melhor suas atribuições.

O conselheiro Alyson Costa reforça o que foi dito por André, reforçando a necessidade de termos a lei aprovada, e que não há tempo para criação do GT, pois na segunda ou terça seguinte à Reunião Plenária, irá acontecer a aprovação, portanto precisa ser feito algo antes para que os deputados saibam a opinião do Conselho, e o vice-presidente sugere que seja feito uma nota de repúdio. O conselheiro Glauber Xavier diz que em consulta ao deputado Tadeu Veneri, teve conhecimento que logo na segunda o projeto será votado, sendo assim o presidente sugere colocar em votação, fazer a nota contra o projeto e também acrescentar que o Conselho não foi consultado. A conselheira Larissa Marsolik se manifesta dizendo que existem várias questões que se fazem necessárias para acelerar o andamento do processo de criação do comitê de trabalho interinstitucional, tendo assim ligação com todas as secretarias do Estado, e que quanto à nota, é preciso vê-la pronta e analisá-la antes de votar, sendo uma segunda possibilidade de encaminhamento uma nota sobre a necessidade da submissão das pautas que dizem respeito a políticas de juventude ao Conselho.

Adiante, o vice-presidente Marcos Costa lê a moção proposta pelo coletivo Parafuso Educomunicação, em versão similar à que foi lida na Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, e após a leitura, o presidente pondera que não vai assinar uma moção deste teor pelo CEJUV, pois está repudiando diretamente o governo. A conselheira Larissa Marsolik diz que o ideal seria fazer apenas uma nota, e assim o vice-presidente pede a votação para fazer o repúdio especificamente ao fato do projeto não ter sido apresentado e amplamente debatido no âmbito do CEJUV, devendo a nota ser divulgada nos canais de comunicação do CEJUV e endereçada à Casa Civil, à ALEP e ao Governador do Estado.

TEXTO SUGERIDO:

MOÇÃO DE REPÚDIO O CEJUV

O Conselho Estadual da Juventude do Paraná vem a público manifestar o repúdio ao ato do envio à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná do Projeto de Lei que autoriza o funcionamento de até 200 colégios cívico-militares no Paraná (PL 543/2020, do Poder Executivo), sem realizar um amplo debate dessa questão com o nosso Conselho, ferindo a participação social das crianças, adolescentes e jovens.

CONSELHO ESTADUAL DE JUVENTUDE

A FAVOR:

André Avelino da Silva – Suplente – CADEIRA DE JUVENTUDES DE PARTIDOS POLÍTICOS;

Daniel Silva Maciel – Titular - CADEIRA DO MOVIMENTO ÉTNICO RACIAL E PROMOÇÃO À IGUALDADE RACIAL;

Lucas Siqueira Dionísio – Titular - CADEIRA DO MOVIMENTO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL;

Glauber Xavier – Titular - CADEIRA DOS MOVIMENTOS COMUNITÁRIOS;

Alyson Costa Fernandes – Titular – CADEIRA DA REGIONAL DE CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E LITORAL;

Camilla Gonda – Titular - CADEIRA DA REGIONAL SUL, SUDESTE E CENTRO ORIENTAL;

Marcos William Loiola da Costa – Titular - CADEIRA DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS.

CONTRA:

Larissa Marsolik – Titular - Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude;

Regina Célia Vitória – Titular - SEED (Educação);

Jonatas Sena Ribeiro – Titular – SETI;

Alex Sandro da Silva – Titular – SEJUF;

Fabio Jardim - Titular - SEED (Esporte);

Ana Alice Santos Bueno – Suplente – SESP;

ABSTENÇÃO

Luiz Fernando Obladen Pujol – Suplente - CADEIRA DOS MOVIMENTOS DE EMPREENDEDORISMO, GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA.

Decisão da plenária: Aprovado/ 7 votos favoráveis e 6 contrários.

Seguindo a pauta, o presidente Fauze Salmen Neto passa a palavra para a conselheira Camilla Gonda, presidente da Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização.

2. Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização.

A presidente da comissão inicia sua fala dizendo que não foi possível realizar a reunião da comissão, visto que os integrantes estavam com várias outras demandas e isso dificultou acordar um horário para que todos pudessem participar, mas que o informe da comissão é que será produzida uma campanha no mês de outubro, em alusão ao outubro rosa, assim como foi feita a campanha de prevenção ao suicídio em alusão ao setembro amarelo.

Decisão da plenária: Aprovado.

Seguindo a pauta, o presidente Fauze Salmen Neto passa a palavra para o conselheiro Alyson Costa, presidente da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Municipais.

3. Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Municipais.

O Secretário Executivo, Douglas Miranda, quem gerencia o sistema do I CENSO, inicia o relato da comissão informado que o tempo para preenchimento encerrou no dia anterior, às 17 horas, mas como houve uma parada para manutenção de erros do sistema, e por outros fatores também como a saída da Larissa e entrada da Ticyane, sugere que a proposta seja manter o questionário aberto por mais um mês para ser feito um acompanhamento com mais estímulo as respostas. O presidente da comissão, Alyson Costa, diz que apenas 99 municípios responderam, e destes, apenas 44 possuem algum órgão gestor de juventude, e apenas 7 possuem conselho municipal instituído. Ressalta que a comissão continua trabalhando com apenas dois conselheiros e que os demais não participam das demandas dentro do grupo. A conselheira Larissa Marsolik reforça que é um trabalho piloto, pois as regionais estão enfrentando vários problemas, e que o compromisso é de alavancar o processo para chegar a 100% ou o mais próximo possível de preenchimento pelos municípios paranaenses. Finalizando sua fala, Alyson diz que provavelmente ano que vem terão mudanças por conta das eleições de 2020 e que continuamente os trabalhos irão acompanhar tais alterações nos órgãos públicos, visando sempre a atualização dos andamentos.

Adiante, o vice-presidente Marcos Costa apresenta à plenária que os conselheiros da sociedade civil cogitaram elaborar um planejamento para o próximo ano, e assim fizeram apanhado de ideias para serem trabalhadas, estas selecionadas pelas conselheiras Luana Florentino e Camilla Gonda, para serem apresentadas aos conselheiros governamentais para deliberação, portanto, na próxima reunião irão trazer as pautas prontas para que em novembro esteja tudo alinhado para debate. Em relação ao planejamento, a conselheira Luana Florentino esclarece que a sociedade civil também pensa em expor propostas para o ano de 2021, assim como a Coordenadoria está fazendo, e que a construção de pauta já foi iniciada para que na última reunião do ano seja discutida.

Decisão da plenária: Aprovado.

O presidente Fauze Salmen retoma para a pauta da nota de repúdio, a plenária analisa a proposta enviada pelo conselheiro Diego da Silva e são feitas algumas alterações solicitadas pelo presidente. O conselheiro Diego questiona o prazo de envio, se será na presente data ou no início da manhã seguinte, tendo em vista que a votação do PL já ocorre na tarde da próxima segunda-feira, e o Secretário Executivo diz que precisa verificar qual vai ser a forma de envio, qual o horário, e por conta disso ele precisa que seja na segunda-feira, mas que será feito o encaminhamento ainda na parte da manhã até as 12 horas.

Decisão da plenária: Aprovado.

O vice-presidente Marcos Costa e o presidente Fauze Salmen Neto fazem as considerações finais da Reunião Ordinária e, sem mais a tratar, a reunião é encerrada às 17h07min.

A presente ata foi redigida pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual da Juventude,

Douglas Fontana Miranda.

Fauze Salmen Neto

Presidente do CEJUV/PR

LISTA DE PRESENTES NA REUNIÃO ORDINÁRIA – CEJUV – 25/09/2020

Fauze Salmen Neto – Presidente do CEJUV/PR

Marcos Willian Loiola da Costa – Vice-presidente do CEJUV/PR

Douglas Fontana Miranda – Secretário Executivo do CEJUV/PR

Conselheiros da Sociedade Civil

Alyson Costa Fernandes – Titular – CADEIRA DA REGIONAL DE CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E LITORAL;

André Avelino da Silva – Suplente – CADEIRA DE JUVENTUDES DE PARTIDOS POLÍTICOS;

Camilla Gonda – Titular - CADEIRA DA REGIONAL SUL, SUDESTE E CENTRO ORIENTAL;

Carlos Eduardo Carvalho - Titular - CADEIRA DOS MOVIMENTOS DE EMPREENDEDORISMO, GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA;

Daniel Silva Maciel – Titular - CADEIRA DO MOVIMENTO ÉTNICO RACIAL E PROMOÇÃO À IGUALDADE RACIAL;

Diego Henrique da Silva Alves – Suplente Complementar - CADEIRA DE MOVIMENTOS ESTUDANTIS;

Luana Florentino Fonseca – Titular - CADEIRA DE JUVENTUDES DE PARTIDOS POLÍTICOS

Lucas Siqueira Dionísio – Titular - CADEIRA DO MOVIMENTO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL;

Luiz Fernando Obladen Pujol – Suplente - CADEIRA DOS MOVIMENTOS DE EMPREENDEDORISMO, GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA.

Yuri Steffann Borges Golfetto – Titular - CADEIRA DA REGIONAL OESTE, SUDOESTE E LARANJEIRAS.

Conselheiros Governamentais

Alessandra Gama - Suplente - SEED (Esporte);

Ana Alice Santos Bueno – Suplente – SESP;

Alex Sandro da Silva – Titular – SEJUF;

Fabio Jardim - Titular - SEED (Esporte);

Glauber Xavier – Titular - CADEIRA DOS MOVIMENTOS COMUNITÁRIOS;

Jonatas Sena Ribeiro – Titular – SETI;

Larissa Marsolik – Titular - Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude;

Marisa da Costa – Suplente – SESA;

Sandro Samuel Pinto Tives – Suplente - Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude;

Regina Célia Vitório – Titular - SEED (Educação).

Convidados

Nathalia Gonçalves Prado – Estagiária Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude.